O DESAFIO DA CONTABILIDADE GERENCIAL EM PEQUENOS NEGÓCIOS: USO DE DADOS CONTÁBEIS E AS BARREIRAS PARA A TOMADA DE DECISÃO EM MPES DO SIMPLES NACIONAL DE MANHUAÇU.

Autor: Tatiane Amaral
Orientador: Vinícios Abreu
Curso: Ciências Contábeis Período: 8º
Área de Pesquisa: Contabilidade Gerencial

Resumo: Este trabalho teve como objetivo analisar de que forma os dados contábeis influenciam a tomada de decisão das micro e pequenas empresas optantes pelo regime tributário Simples Nacional no município de Manhuaçu, em Minas Gerais, considerando a interação entre gestores e profissionais de contabilidade. Trata-se de pesquisa aplicada, de natureza descritiva e abordagem mista, realizada com quarenta e sete empresas, em que 76,6% dos respondentes são proprietários e concentram as principais decisões. Os dados foram coletados por meio de questionário estruturado com questões fechadas em escala de concordância e questões abertas, permitindo a combinação de análise estatística descritiva e análise de conteúdo. Os resultados mostram que 61,7% dos gestores concordam que as informações contábeis ajudam no planejamento de curto prazo e 66,0% no planejamento de longo prazo; 59,5% afirmam confiar nesses dados para decisões importantes e 72,3% consideram que o contador explica de forma compreensível os relatórios. Na prática, 51,1% utilizam com frequência relatórios de vendas e margem de lucro e 48,9% relatórios de custos e precificação, mas apenas 44,7% fazem uso frequente de demonstração de resultados e fluxo de caixa, o que indica uso ainda parcial de instrumentos gerenciais. As principais limitações percebidas são falta de tempo (42,5%), dificuldade de interpretação dos relatórios (42,5%) e ausência de dados internos confiáveis (38,2%). Nas questões abertas, 42,5% dos respondentes não citaram qualquer decisão recente apoiada em dados contábeis, enquanto os demais destacaram especialmente decisões de precificação, custos e ajustes administrativos. Conclui-se que as informações contábeis exercem influência real, porém limitada, na gestão das empresas analisadas, evidenciando a necessidade de fortalecer os controles internos, ampliar o papel consultivo do contador e estimular maior engajamento dos gestores na leitura e uso dos relatórios para que a contabilidade se torne, de fato, apoio cotidiano à sustentabilidade dos pequenos negócios.

Palavras-chave: Informação contábil. Micro e pequenas empresas. Tomada de decisão. Contabilidade gerencial. Contabilidade consultiva.

1. INTRODUÇÃO

As micro e pequenas empresas (MPEs) desempenham papel fundamental na economia brasileira, representando cerca de 99% dos estabelecimentos e mais de 52% dos empregos formais no setor privado (SEBRAE, 2023). Essa expressiva representatividade evidencia o potencial dessas organizações para o desenvolvimento econômico e social do país. No entanto, conforme apontam Caliari, Scherer e Flores (2019) e Tisott et al. (2022), apesar de sua relevância, as MPEs enfrentam altas taxas de mortalidade relacionadas à falta de planejamento, à carência de qualificação gerencial, à fragilidade dos processos administrativos e à ausência de apoio contábil eficaz.

Nesse contexto, a contabilidade gerencial se destaca como sistema de informações voltado ao processo decisório, transcendente à função meramente registradora. Beuren, Pazetto e Santos (2019) ressaltam que essa área evoluiu de um enfoque operacional para uma abordagem estratégica, orientada à geração de informações que subsidiam o planejamento, o controle e a avaliação de desempenho. Nessa perspectiva, a contabilidade gerencial assume natureza instrumental na gestão das MPEs. Em alinhamento, Oliveira, Moraes e Marçal (2019) observam que as transformações tecnológicas ampliaram o papel do profissional contábil, que tende a adotar postura mais consultiva, oferecendo análises que ultrapassam o atendimento às obrigações fiscais.

Apesar dessa evolução, pesquisas recentes indicam que muitos gestores de MPEs continuam utilizando as informações contábeis predominantemente para fins tributários, deixando de explorar seu potencial gerencial. Stacke e Feil (2017) demonstram que a utilização das ferramentas de contabilidade gerencial ainda é reduzida, prevalecendo controles operacionais em detrimento de instrumentos de apoio à tomada de decisão. De forma correlata, Saraiva, Bezerra e Beiruth (2018) identificam que, embora algumas competências contábeis sejam valorizadas, não se traduzem em práticas efetivas no cotidiano das empresas. Tisott et al. (2022) reforçam que a contabilidade consultiva pode favorecer o desempenho das MPEs, desde que os gestores se apropriem das informações disponibilizadas.

Além das questões técnicas, a literatura aponta que as limitações da contabilidade gerencial também decorrem da interação entre contador e empresário. Caliari, Scherer e Flores (2019) destacam que a qualidade da relação consultiva influencia diretamente os resultados, uma vez que falhas de comunicação e baixo

engajamento comprometem a efetividade das orientações. De forma convergente, Oliveira, Moraes e Marçal (2019) evidenciam que a confiabilidade das análises contábeis depende da integridade dos dados fornecidos pelo gestor. Olyntho, Ribeiro e Munhão (2013) enfatizam que os registros só mantêm sua utilidade quando alimentados corretamente. Por sua vez, Silva (2015), Stacke e Feil (2017) e Saraiva, Bezerra e Beiruth (2018) mostram que a dificuldade dos empresários em interpretar relatórios contábeis limita o uso de informações baseadas em evidências.

Diante desse cenário, compreender a influência dos dados contábeis no processo decisório envolve analisar tanto a oferta de informações pelo contador quanto o grau de colaboração, compreensão e participação do gestor. Assim, este estudo visa examinar e entender: Qual a influência dos dados contábeis na tomada de decisão das micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional em Manhuaçu, considerando o nível de interação e a corresponsabilidade entre contador e empresário.

Os objetivos específicos são: (a) identificar como as informações contábeis são utilizadas nas decisões gerenciais; (b) avaliar o nível de compreensão dos gestores; (c) verificar o grau de colaboração entre gestor e contador; e (d) identificar limitações que dificultam o uso da contabilidade como ferramenta gerencial.

Por fim, a relevância da pesquisa reside em evidenciar como a interação entre contador e gestor pode reduzir riscos, melhorar o desempenho e fortalecer a sustentabilidade das MPEs. Aspecto pouco explorado em estudos empíricos realizados em cidades do interior, como Manhuaçu, constituindo a principal lacuna identificada.

2.DESENVOLVIMENTO

2.1. Referencial Teórico

A contabilidade, como sistema de informação, desempenha papel fundamental na gestão das micro e pequenas empresas (MPEs), sobretudo em ambientes de alta competitividade e escassez de recursos. Este capítulo apresenta os principais conceitos que sustentam o estudo, organizados nos seguintes eixos: (2.1) A importância da contabilidade para as micro e pequenas empresas do Simples Nacional; (2.2) Informações contábeis e o processo decisório; (2.3) Tomada de Decisão nas Micro e Pequenas Empresas; e (2.4) O Papel Consultivo do Contador.

2.1.1. A Importância Da Contabilidade Para As Micro E Pequenas Empresas Do Simples Nacional.

No Brasil, os negócios de pequeno porte incluem Micro e Pequenas Empresas (MPEs), cuja classificação e regulamentação estão estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, atualizada por diversas leis complementares, como as de nº 127/2007, 128/2008, 133/2009, 139/2011 e 155/2016. Essas legislações definem o enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI) e das MPEs, incluindo critérios de faturamento que serão apresentados na tabela a seguir.

Tabela 1 - Classificação da PME conforme o faturamento bruto anual

Classificação da PME conforme o faturamento bruto anual	
Porte	**Faturamento Bruto Anual**
MEI	Até R$ 81 mil
ME (Microempresa)	Até R$ 360 mil
EPP (Empresa de Pequeno Porte)	Acima de R$ 360 mil até R$ 4,8 milhões

Fonte: Adaptado da Lei nº 155/2016.

A partir dessa classificação, observa-se que a expressiva presença das MPEs na economia não elimina os desafios enfrentados quanto à gestão, ao planejamento e à utilização eficiente das informações contábeis. Segundo Stacke e Feil (2017, p. 129), as micro e pequenas empresas ainda demonstram baixo nível de utilização das ferramentas contábeis gerenciais, o que limita o potencial informacional da contabilidade e, consequentemente, a eficácia das decisões administrativas.

Esses desafios também se refletem na realidade local. Em Manhuaçu, segundo dados do Data MPE (2025), há um predomínio de microempreendedores individuais (MEIs) e microempresas (MEs), como ilustrado na Figura.

Tabela 2 – Empresas por porte em 2025

Percentual	Empresas por porte Sebrae 2025	Estabelecimentos
3,53%	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	412
35,5%	Microempresa (ME)	4.141
52,1%	Micro Empresário Individual (MEI)	6.081
8,96%	Outros	1.047
100%	**Total de estabelecimentos►**	**11.681**

Fonte: Data MPE Brasil.

Essa estrutura demonstra a relevância das MPEs para o desenvolvimento econômico regional e reforça a importância de estudos voltados à análise da gestão e do uso da informação contábil nessas organizações. No contexto das micro e pequenas

empresas, Beuren, Barp e Filipin (2013, p. 81–82) observam que muitas dificuldades de gestão decorrem do uso limitado das informações contábeis, o que compromete o planejamento e o acompanhamento das atividades. As autoras destacam que a contabilidade gerencial, quando empregada de forma estratégica, pode contribuir para o desempenho e a sustentabilidade dessas empresas, ao permitir uma visão mais precisa da realidade financeira e operacional. Padoveze (2000, p. 35) define a contabilidade gerencial como um sistema de informação voltado à gestão, concebido pela alta administração da empresa e estruturado para integrar e atender às necessidades de planejamento, controle e decisão. O autor salienta que esse sistema constitui a *mola-mestra* da integração das informações contábeis, permitindo à organização gerar dados que orientem o acompanhamento e o desempenho empresarial.

Segundo Oliveira, Moraes e Marçal (2019), a contabilidade gerencial assume papel de destaque nas MPEs por proporcionar relatórios que possibilitam compreender a real situação financeira e operacional do negócio. Os autores enfatizam que o contador, ao fornecer informações claras e tempestivas, contribui para que o gestor planeje ações e minimize riscos. Essa função ultrapassa o simples cumprimento de exigências fiscais e evidencia a contabilidade como suporte para o processo decisório.

De acordo com Stacke e Feil (2017), embora existam diversas ferramentas contábeis disponíveis, muitas MPEs não as utilizam de forma gerencial, restringindo-se às demandas fiscais e legais. Essa limitação decorre, em grande parte, do desconhecimento técnico dos gestores e da percepção da contabilidade como mera obrigação tributária, e não como instrumento de apoio à gestão. Tisott et al. (2022) complementam que o fortalecimento da contabilidade consultiva nas micro e pequenas empresas depende da mudança dessa mentalidade, reconhecendo o contador como parceiro estratégico na gestão.

Assim, a contabilidade torna-se elemento essencial para o desenvolvimento das MPEs, não apenas por registrar fatos patrimoniais, mas por oferecer subsídios que orientam a tomada de decisão Conforme Beuren, Souza e Feuser (2017, p. 35), a informação contábil gerencial é essencial para subsidiar a tomada de decisão e otimizar processos internos, permitindo maior controle dos recursos e mensuração dos resultados. As autoras ressaltam que a contabilidade gerencial fornece elementos que auxiliam a administração na avaliação de desempenho e no aperfeiçoamento da

eficiência organizacional, sendo fundamental para a competitividade e continuidade das empresas.

2.1.2 Informações Contábeis E O Processo Decisório

O processo decisório empresarial envolve a escolha de alternativas a partir da análise de dados internos e externos. Nesse contexto, a informação contábil surge como ferramenta indispensável, pois traduz as operações econômicas em indicadores de desempenho e resultado. De acordo com Padoveze (2000, p. 44), a principal função da contabilidade gerencial é fornecer informações relevantes e compreensíveis aos gestores, possibilitando o planejamento e o controle eficaz das atividades empresariais. Essas informações reduzem a incerteza no processo de decisão e tornam a gestão mais racional e orientada por dados objetivos.

Para Beuren, Pazetto e Santos (2019, p. 48–49), as informações geradas pela contabilidade gerencial devem apresentar relevância, confiabilidade e utilidade, de forma a atender às necessidades informacionais do processo decisório. As autoras enfatizam que a qualidade da informação está diretamente relacionada à capacidade do gestor de interpretar e aplicar esses dados à realidade da empresa, transformando-os em ferramenta efetiva de apoio à gestão e à avaliação de desempenho financeiro e operacional. Saraiva, Bezerra e Beiruth (2018) afirmam que o uso das informações contábeis nas decisões estratégicas ainda é incipiente em muitas MPEs. Os autores identificaram que a falta de interpretação adequada dos demonstrativos leva à adoção de práticas gerenciais baseadas na intuição, e não em evidências objetivas. Essa constatação reforça a necessidade de aproximar o gestor do contador, para que o primeiro consiga compreender a linguagem técnica e aproveitar os relatórios como fonte de decisão.

Oliveira, Moraes e Marçal (2019) também ressaltam que a qualidade da decisão depende da integração entre informação e ação. Para eles, a contabilidade deve fornecer dados que orientem o controle e o planejamento, permitindo avaliar o impacto das decisões passadas e projetar cenários futuros. Dessa forma, o processo decisório torna-se mais racional e alinhado aos objetivos organizacionais.

Caliari, Scherer e Flores (2019) observam que a efetividade da consultoria depende diretamente da clareza na comunicação dos resultados e da capacidade do gestor de compreender e aplicar as orientações apresentadas. De acordo com Caliari, Scherer e Flores (2019), a consultoria contábil torna-se efetiva quando há interação e confiança mútua entre consultor e gestor, uma vez que a comunicação clara e a

participação ativa do empreendedor são fatores decisivos para o êxito do processo. Assim, pode-se compreender que o processo decisório deixa de ser uma atribuição isolada e passa a ocorrer de forma colaborativa, sustentada pelo diálogo e pela análise conjunta das informações.

2.1.3. Tomada De Decisão Nas Micro E Pequenas Empresas

O processo decisório é uma das funções centrais da gestão e requer informações confiáveis e tempestivas. Padoveze (2000, p. 43–44) ressalta que o processo de tomada de decisão representa o ponto culminante do sistema de informações gerenciais, uma vez que a contabilidade fornece os dados quantitativos que sustentam as escolhas administrativas. O autor enfatiza que as decisões eficazes devem basear-se em informações estruturadas e confiáveis, e não apenas em percepções ou intuições, reforçando o papel da contabilidade como instrumento essencial à racionalidade empresarial. Conforme Oliveira, Moraes e Marçal (2018, p. 3), o contador tem ampliado sua atuação, deixando de ser visto apenas como responsável pelo cumprimento de obrigações fiscais para assumir um papel estratégico dentro das organizações. Esse reposicionamento ocorre à medida que o profissional contábil passa a atuar de forma mais próxima ao gestor, participando das decisões e contribuindo com informações qualificadas para a gestão empresarial. Tisott et al. (2022, p. 129) reforçam que o fortalecimento da contabilidade consultiva depende da integração entre contador e empresário, criando um ambiente colaborativo de troca de informações e aprendizado mútuo que favorece decisões mais assertivas e o alcance de melhores resultados.

De acordo com Stacke e Feil (2017, p. 128–129), a dificuldade dos gestores em compreender e utilizar relatórios contábeis como ferramenta gerencial é uma das principais causas da baixa utilização das informações financeiras nas micro e pequenas empresas. Os autores observam que muitos empreendedores ainda se orientam pela experiência prática e pela intuição, sem apoio de indicadores econômicos ou técnicos. Tisott et al. (2022, p. 129) complementam que esse comportamento limita o potencial estratégico da contabilidade consultiva e pode comprometer o desempenho organizacional e o planejamento de longo prazo, uma vez que o processo decisório deixa de se basear em evidências e passa a depender de percepções empíricas.

Caliari, Scherer e Flores (2019) Os autores argumentam que o êxito das decisões gerenciais nas micro e pequenas empresas está relacionado à qualidade da interação entre consultor e empreendedor, uma vez que o sucesso das recomendações depende

do envolvimento de ambas as partes. Nessa linha, Silva (2015) reforça que o uso efetivo das ferramentas contábeis depende de uma relação de confiança e diálogo contínuo entre contador e empresário. Para a autora, o profissional contábil deve atuar como facilitador da interpretação dos dados e parceiro estratégico na gestão dos pequenos negócios.

A pesquisa de Tisott et al. (2022) destaca que a aproximação entre contador e dirigente eleva o nível de competência do empreendedor nas decisões gerenciais e cria um ambiente qualificado para reduzir as adversidades que levam as MPEs à mortalidade precoce. Conforme ressaltam os autores, quanto maior a participação do empresário na análise dos resultados e no envio de dados precisos, mais assertivas tendem a ser suas decisões. Desse modo, a contabilidade deixa de ser mera obrigação fiscal e passa a integrar o ciclo de planejamento e controle empresarial (TISOTT et al., 2022, p. 128).

2.1.4. O Papel Consultivo Do Contador

A evolução do cenário econômico e tecnológico tem exigido que o contador desempenhe funções cada vez mais amplas, ultrapassando a simples execução de registros e escrituração contábil. De acordo com Silva (2015), o profissional contábil contemporâneo deve atuar como parceiro estratégico dos empreendedores, fornecendo suporte gerencial e contribuindo para a interpretação das informações que orientam a tomada de decisão. Tal mudança de postura evidencia a importância crescente da contabilidade como instrumento de gestão e fator de competitividade nas micro e pequenas empresas.

Nesse mesmo sentido, Tisott et al. (2022) afirmam que a contabilidade consultiva fortalece a competência gerencial do empreendedor, criando um ambiente mais qualificado para a realização de decisões eficazes e para a mitigação de riscos que podem comprometer a continuidade do negócio. A aproximação entre contador e gestor, segundo os autores, é determinante para que as informações contábeis sejam transformadas em conhecimento útil à administração.

Complementarmente, Oliveira, Moraes e Marçal (2015) ressaltam que o papel do contador consultor requer não apenas domínio técnico, mas também competências comportamentais, como comunicação eficiente, capacidade analítica e visão sistêmica do empreendimento. Para os autores, cabe ao contador traduzir a linguagem contábil em informações compreensíveis e relevantes ao gestor, promovendo uma relação de

cooperação que favorece decisões mais assertivas e alinhadas aos objetivos organizacionais.

Caliari, Scherer e Flores (2019) observam que o êxito da consultoria contábil depende de dois fatores fundamentais: a realização de diagnósticos adequados pelo contador e a participação ativa do gestor no processo. A ausência de colaboração do empresário, principal conhecedor da realidade da empresa, compromete todas as etapas da intervenção consultiva. Essa constatação reforça que a responsabilidade pela qualidade das informações contábeis é compartilhada entre ambos os agentes.

De acordo com Silva (2015), a consolidação da contabilidade consultiva requer cooperação e diálogo entre contador e empresário, sendo fundamental que o gestor compreenda seu papel ativo na geração e interpretação das informações. Nessa mesma direção, Oliveira et al. (2018) enfatizam que a falta de envolvimento do cliente limita a utilidade das análises contábeis. Stacke e Feil (2017) observam que a ausência de informações consistentes e o desconhecimento das ferramentas contábeis reduzem a capacidade analítica dos gestores. De modo semelhante, Oliveira et al. (2018) destacam que o recebimento de dados incompletos por parte dos clientes limita o trabalho do contador e prejudica a elaboração de análises aprofundadas. A pesquisa de Olyntho, Ribeiro e Munhão (2013, p. 25) corrobora essa perspectiva ao afirmar que as informações utilizadas na gestão contábil precisam ser alimentadas diariamente e corretamente pelo gestor, pois dele dependem as fontes primárias dos dados que compõem os relatórios.

Conforme destacam Oliveira, Moraes e Marçal (2018), o contador tem ampliado sua atuação, deixando de ser visto apenas como responsável pelo cumprimento de obrigações fiscais para assumir um papel estratégico dentro das organizações. Esse reposicionamento ocorre à medida que o profissional passa a atuar de forma mais próxima ao gestor, participando das decisões e contribuindo com informações qualificadas para a gestão empresarial. Como reforça Tisott et al. (2022), o fortalecimento da contabilidade consultiva depende da integração entre profissional contábil e empresário, criando um ambiente de troca de informações e de aprendizado mútuo que potencializa os resultados empresariais.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como aplicada, de natureza descritiva e abordagem mista (quantitativa e qualitativa), pois busca compreender de que forma

as informações contábeis influenciam a tomada de decisão nas micro e pequenas empresas (MPEs) optantes pelo Simples Nacional em Manhuaçu (MG). Segundo Gil (2019), a pesquisa descritiva permite analisar fenômenos sem interferir neles, enquanto Creswell e Plano Clark (2018) destacam que a combinação de métodos quantitativos e qualitativos amplia a compreensão de fenômenos organizacionais complexos.

O estudo será desenvolvido com MPEs da região da Zona da Mata mineira, escolhidas por conveniência, considerando a relevância econômica local e a acessibilidade dos respondentes. A coleta de dados será realizada por meio de um questionário estruturado elaborado no Google Forms, composto por perguntas fechadas em escala Likert de cinco pontos, que permitem mensurar o grau de concordância dos participantes em relação às afirmativas sobre o uso da informação contábil, e por questões abertas, que possibilitam a expressão livre das percepções individuais. O uso da escala Likert é apropriado para medir atitudes e sensibilidades relacionadas a fenômenos sociais e comportamentais (MALHOTRA, 2012).

Os dados serão organizados em planilhas eletrônicas para tratamento estatístico descritivo, com o objetivo de identificar tendências e padrões de respostas. As informações qualitativas provenientes das perguntas abertas serão examinadas por meio de análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), possibilitando a categorização dos discursos em eixos temáticos que representem o comportamento dos gestores e contadores diante do uso das informações contábeis. A apresentação dos resultados ocorrerá por meio de gráficos e quadros explicativos, acompanhados de análise interpretativa que relacione os achados com o referencial teórico.

Entre as limitações previstas, destacam-se o tamanho reduzido da amostra e o recorte geográfico restrito ao município de Manhuaçu, fatores que podem limitar a generalização dos resultados. A pesquisa segue os princípios éticos previstos na Resolução CNE/CES nº 7/2018, bem como as diretrizes da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), assegurando o consentimento livre e esclarecido, a confidencialidade e o uso acadêmico das informações coletadas.

4. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A análise dos dados coletados possibilitou compreender como as micro e pequenas empresas (MPEs) optantes pelo Simples Nacional em Manhuaçu (MG) utilizam as informações contábeis no processo de tomada de decisão. No total, foram

obtidas 58 respostas válidas, mas, considerando o critério de inclusão, analisaram-se 47 questionários de empresas enquadradas no Simples Nacional. As demais 11 respostas foram excluídas por não atenderem ao recorte da pesquisa.

4.1. Caracterização das empresas respondentes

A Tabela 1 demonstra a distribuição dos participantes conforme o cargo ocupado. A amostra é composta predominantemente por (76,6%) proprietários, seguido de (14,9%) sócios, (6,4%) são gerentes e (2,1%) ex-microempreendedores, o que reforça o papel central do gestor nas práticas contábeis e decisórias, conforme aponta Padoveze (2000, p. 35) define a contabilidade gerencial como um sistema de informação voltado à gestão, concebido pela alta administração da empresa e estruturado para integrar e atender às necessidades de planejamento, controle e decisão.

Tabela 3 – Distribuição dos respondentes por cargo ocupado

Cargo	**Frequência**	**Percentual (%)**
Proprietário(a)	36	76,6
Sócio(a)	7	14,9
Gerente	3	6,4
Ex microempreendedor	1	2,1

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No que se refere ao setor de atuação, predominam empresas do comércio (55,3%) e serviços (40,4%), com menor participação de indústria e delivery (2,1% cada). Essa configuração se aproxima da estrutura econômica local apontada pelo Sebrae/Data MPE, que destaca a presença significativa de micro e pequenas empresas em Manhuaçu.

Quanto ao tempo de atividade, 63,8% das empresas possuem mais de cinco anos de operação, seguidas pelas faixas de 3–5 anos (19,1%), 1–2 anos (10,6%) e menos de 1 ano (6,4%). Esse cenário indica que a maioria já ultrapassou a fase inicial de maior vulnerabilidade, resultado compatível com a análise de Tisott et al. (2022), para quem a utilização de informações contábeis e a aproximação entre contador e dirigente contribuem para fortalecer a competência gerencial e reduzir riscos relacionados à mortalidade precoce das MPEs.

Em relação à estrutura contábil, 66,0% utilizam escritório contábil com atendimento presencial, 27,7% com atendimento remoto e apenas 6,4% não utilizam

serviços contábeis. Esse padrão confirma a importância do escritório como principal canal de acesso às informações gerenciais, conforme indicam Beuren, Barp e Filipin (2013), ao destacarem a função da contabilidade no acompanhamento das atividades e no suporte ao planejamento.

4.2. Controles internos e uso de relatórios contábeis

A Tabela 2 apresenta os tipos de controles utilizados pelas empresas. A maioria adota algum mecanismo de acompanhamento: 51,1% utilizam sistemas ou softwares de gestão, 48,9% planilhas, 25,5% relatórios de vendas, 21,3% registros manuais e 12,8% não utilizam nenhum tipo de controle. Como a questão permitia múltiplas respostas, os percentuais excedem 100%. Esses resultados mostram que, embora existam ferramentas informatizadas, ainda há um grupo expressivo que opera com controles básicos, o que se aproxima das observações de Stacke e Feil (2017) sobre limitações no uso de instrumentos gerenciais, e de Olyntho, Ribeiro e Munhão (2013), ao ressaltarem a dependência da contabilidade da qualidade dos dados internos fornecidos pelo gestor.

Tabela 4 – Tipos de controles utilizados pelas empresas

Tipo de controle utilizado	% de utilização
Sistema ou software de gestão	51,1%
Planilhas (Excel, Google Sheets, etc.)	48,9%
Relatórios de vendas do sistema de emissão de notas	25,5%
Cadernos ou anotações manuais	21,3%
Não utilizam qualquer controle específico	12,8%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No que diz respeito ao uso de relatórios contábeis, a Tabela 3 evidencia que tanto a Demonstração de Resultados (DRE) gerencial quanto o fluxo de caixa apresentam padrões idênticos: 29,8% nunca utilizam, 25,5% utilizam raramente e 44,7% frequentemente. Relatórios de custos e precificação são utilizados frequentemente por 48,9% dos respondentes, enquanto relatórios de vendas e margem de lucro apresentam o maior índice de uso frequente (51,1%). Já os relatórios gerados apenas para atender obrigações fiscais são utilizados frequentemente por 46,8%, indicando que parte dos gestores ainda recorre à contabilidade com foco predominantemente fiscal.

De maneira geral, a utilização frequente dos relatórios de vendas, custos e precificação sinaliza certa aderência ao papel da contabilidade gerencial descrito por Padoveze (2000) e Beuren et al. (2017, 2019), que a entendem como instrumento de apoio ao planejamento e à avaliação de desempenho. Em contrapartida, o uso recorrente de relatórios exclusivamente fiscais reforça os achados de Saraiva, Bezerra e Beiruth (2018), que identificam visão restrita da contabilidade em parte dos gestores, limitando seu potencial informacional para decisões estratégicas.

TABELA 5 – Frequência de uso de relatórios contábeis gerenciais

Relatório contábil	Nunca %	Raramente %	Frequentemente %
Demonstração de Resultados (DRE) gerencial	29,8	25,5	44,7
Fluxo de caixa projetado ou realizado	29,8	25,5	44,7
Relatório de custo e precificação por produto/serviço	19,1	31,9	48,9
Relatório de vendas e margem de lucro	21,3	27,7	51,1
Relatórios gerados apenas para atender obrigações fiscais (sem uso gerencial)	21,3	31,9	46,8

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

4.3. Fluxo de informações entre empresa e escritório contábil e controles internos

No que se refere ao fluxo de informações encaminhadas mensalmente ao escritório de contabilidade, os resultados mostram que a grande maioria das empresas envia documentos de caráter predominantemente fiscal. Entre as 47 empresas optantes pelo Simples Nacional, 76,6% informaram enviar notas fiscais de compra e venda, 27,7% encaminham extratos bancários (contas correntes, cartões, poupanças) e 27,7% enviam informações sobre investimentos ou financiamentos. Além disso, 23,4% repassam despesas fixas (como aluguéis, energia, água, internet e folha de pagamento), 17,0% comunicam movimentações de estoque e 10,6% enviam contratos com clientes, fornecedores ou prestadores de serviço. Uma minoria declara não enviar nenhum documento mensalmente (2,1%) ou não possuir contador fixo (2,1%).

Esse padrão confirma que o fluxo de informações entre empresa e escritório contábil é concentrado em documentos necessários ao atendimento das obrigações fiscais, enquanto dados de natureza mais gerencial (como controles de estoque e contratos) são compartilhados por uma parcela menor das empresas. Tal realidade é compatível com a análise de Olyntho, Ribeiro e Munhão (2013), ao afirmarem que a qualidade dos relatórios contábeis depende da alimentação diária e correta dos dados

pelo próprio gestor, e com a observação de Stacke e Feil (2017) de que a ausência de informações consistentes limita o uso das ferramentas contábeis como apoio efetivo à gestão.

4.4. Percepções sobre a utilidade e a clareza das informações contábeis

A Tabela 4 apresenta as percepções dos gestores sobre a contribuição das informações contábeis para a gestão e para o processo decisório. Observa-se que 61,7% (4 e 5) concordam que as informações auxiliam no planejamento de curto prazo, e 66% (4 e 5) reconhecem sua utilidade no planejamento de longo prazo. Esses resultados corroboram a perspectiva de Oliveira, Moraes e Marçal (2019), segundo a qual relatórios gerenciais adequadamente utilizados subsidiam decisões tanto operacionais quanto estratégicas, contribuindo para uma gestão mais racional e alinhada aos objetivos da empresa.

TABELA 6 – Percepções sobre a contribuição da informação contábil para a gestão

Afirmativa	**1 – DT %**	**2 – DP %**	**3 – N %**	**4 – CP %**	**5 – CT %**
As informações contábeis ajudam a planejar ações de curto prazo	4,3	6,3	27,7	27,7	34,0
As informações contábeis ajudam a planejar ações de longo prazo	0,0	8,5	25,5	25,6	40,4
Os relatórios enviados são claros, completos e fáceis de entender	8,5	6,4	36,1	36,2	12,8
Confio nas informações contábeis para tomar decisões importantes	4,3	8,5	27,7	34,0	25,5
O contador explica de forma compreensível os resultados e relatórios	4,3	8,5	14,9	36,2	36,1

Legenda: DT = discordo totalmente; DP= discordo parcialmente; N = nem concordo nem discordo; CP= concordo parcialmente; CT = concordo totalmente.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em relação à clareza dos relatórios, 49,0% (4 e 5) concordam que são claros e compreensíveis, o que sugere um esforço, por parte dos contadores, em adaptar a linguagem técnica à realidade do pequeno empresário. Ainda assim 36,1% (3) permanecem neutros, o que pode indicar que, embora recebam os demonstrativos, nem sempre se sentem plenamente à vontade para interpretá-los de forma autônoma, reforçando a análise de Beuren, Pazetto e Santos (2019) sobre a importância de tornar a linguagem contábil compreensível para o usuário.

Quanto à confiança nas informações, 59,5% (4 e 5) afirmam confiar nos relatórios para decisões importantes, e 72,3%(4 e 5) consideram que o contador explica os resultados de maneira compreensível. Esses achados convergem com a visão de Caliari, Scherer e Flores (2019) de que a efetividade da consultoria está associada à clareza da comunicação entre contador e gestor, e dialogam com Tisott et al. (2022), que destacam a necessidade de transformar dados contábeis em conhecimento útil.

De modo geral, a leitura conjunta desses resultados indica que os gestores reconhecem a importância das informações contábeis para o planejamento de curto e longo prazo, confiam, em boa medida, nessas informações e percebem o esforço do contador em explicar os relatórios. Contudo, a proporção expressiva de respostas neutras quanto à clareza dos relatórios sinaliza uma lacuna a ser enfrentada, especialmente no que se refere à adaptação da linguagem contábil à realidade das micro e pequenas empresas, conforme argumentam Beuren, Pazetto e Santos (2019).

Em parte das MPEs analisadas, a contabilidade parece ocupar um espaço intermediário: já não se restringe apenas ao atendimento de obrigações fiscais, mas ainda não se converte, de forma sistemática, em instrumento cotidiano de análise e acompanhamento do desempenho, o que evidencia a necessidade de fortalecimento do papel consultivo do contador e do engajamento dos gestores no uso das informações geradas.

4.5 Relação gestor, contador e papel consultivo

A análise da frequência de contato e da busca por orientação contábil aprofunda a discussão sobre a dimensão consultiva do contador nas MPEs de Manhuaçu. A análise da frequência de contato indica que 48,9% dos gestores procuram o contador regularmente (pelo menos uma vez por mês) para tratar de assuntos além dos impostos, 23,5% relatam contato algumas vezes por ano, 25,5% o fazem raramente, apenas quando há problemas, e 2,1% afirmam nunca procurar o contador para temas gerenciais. Quando surge uma dúvida sobre gestão ou finanças, 48,9% relatam que ligam ou enviam mensagem ao contador imediatamente, 29,8% tentam resolver sozinhos e só procuram o contador se não conseguirem, e 21,3% afirmam não buscar orientação contábil. Esses dados sugerem que, para uma parte relevante das empresas, o contador já cumpre papel consultivo, alinhado ao que defendem Oliveira, Moraes e Marçal (2018) e Silva (2015).

Contudo, as respostas à pergunta sobre decisões relativas à compra de bens, veículos, equipamentos ou outros ativos em nome da empresa revelam que apenas 10,6% dos respondentes afirmam sempre conversar com o contador antes de decidir, enquanto 44,7% o fazem às vezes, quando têm dúvidas sobre impostos ou financiamentos. Em contrapartida, 31,9% declaram que raramente consultam o contador, preferindo decidir sozinhos, e 12,8% nunca o consultam, informando o profissional apenas após a decisão. Isso indica que o papel preventivo da contabilidade ainda não é plenamente explorado, em consonância com Caliari, Scherer e Flores (2019), que apontam que a consultoria é mais eficaz quando o contador participa ativamente da análise de alternativas. Esses resultados também se alinham à análise de Tisott et al. (2022), que reforçam que maior aproximação entre contador e dirigente amplia a competência gerencial e contribui para decisões mais assertivas.

4.6 Limitações percebidas no uso da informação contábil

A Tabela 5 apresenta as principais limitações percebidas pelos gestores em relação ao uso das informações contábeis na gestão das micro e pequenas empresas. Observa-se que a falta de tempo figura como um dos fatores mais recorrentes, sendo apontada como impeditivo por 42,5% dos gestores (4 + 5). Esse resultado é compatível com a realidade de muitos pequenos empreendedores, que acumulam múltiplas funções operacionais, administrativas e comerciais, o que reduz a disponibilidade para ler relatórios, participar de reuniões com o contador e refletir sobre os indicadores gerados, conforme argumentam Stacke e Feil (2017) e Saraiva, Bezerra e Beiruth (2018).

TABELA 7 – Limitações percebidas no uso das informações contábeis

Afirmativa	**1 – DT %**	**2 – DP %**	**3 – N %**	**4 – CP %**	**5 – CT %**
A falta de tempo me impede de usar melhor os relatórios contábeis	19,1	8,5	29,8	31,9	10,6
O custo dos serviços contábeis limita a obtenção de análises mais completas	31,9	14,9	25,5	19,1	8,5
Tenho dificuldade em interpretar relatórios contábeis	14,9	19,1	23,4	25,5	17,0
A falta de dados internos confiáveis dificulta gerar relatórios úteis	21,3	14,9	25,5	19,1	19,1
Raramente ou nunca consulto o contador antes de tomar decisões operacionais	29,8	21,3	14,9	21,3	12,8

Legenda: DT = discordo totalmente; DP= discordo parcialmente; N = nem concordo nem discordo; CP= concordo parcialmente; CT = concordo totalmente.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Outra limitação relevante refere-se à dificuldade de interpretar relatórios contábeis, com 42,5% dos gestores indicando concordar com essa afirmação. Ainda que, em seções anteriores, parte significativa dos respondentes tenha declarado confiar nas informações, os dados aqui apresentados sugerem que essa compreensão nem sempre é suficiente para incorporar os relatórios à rotina de gestão. Nesses casos, a complexidade da linguagem e a pouca familiaridade com conceitos contábeis tendem a afastar o gestor da análise dos demonstrativos, fazendo com que as decisões se apoiem, sobretudo, na experiência e na intuição. Como destacam Oliveira, Moraes e Marçal (2015) e Beuren, Pazetto e Santos (2019), a informação contábil só cumpre plenamente sua função gerencial quando é efetivamente compreendida e apropriada pelo usuário.

Destaca-se, ainda, a falta de dados internos confiáveis como limitação para 38,2% dos respondentes. Esse resultado confirma o que se observou na análise dos controles internos: uma parcela das empresas opera com registros básicos ou, em alguns casos, sem qualquer tipo de controle estruturado. Nesses contextos, mesmo que o escritório contábil disponha de métodos e sistemas adequados, a qualidade da informação gerada dependerá diretamente da forma como o gestor registra vendas, despesas, estoques e demais operações do negócio. A ausência de registros consistentes compromete a fidedignidade dos demonstrativos e restringe o potencial da contabilidade como instrumento de apoio à tomada de decisão (Olyntho; Ribeiro; Munhão, 2013; Caliari; Scherer; Flores, 2019).

E ainda, 51,1% discordam da afirmativa de que raramente consultam o contador para decisões operacionais, indicando que parte relevante dos gestores recorre ao profissional quando necessário, embora ainda exista um grupo que mantém relação reativa com a contabilidade. Essa ambivalência é compatível com Caliari, Scherer e Flores (2019) e Silva (2015), que destacam a necessidade de cooperação entre contador e empresário para que a contabilidade cumpra sua função consultiva.

Além desses fatores, outros elementos aparecem com menor intensidade, como a percepção de que o custo dos serviços contábeis pode representar obstáculo para aprofundar a utilização de relatórios gerenciais, bem como a visão de que a

contabilidade está direcionada prioritariamente ao atendimento de exigências fiscais. Embora tais percentuais sejam inferiores aos relacionados à falta de tempo e às dificuldades de interpretação, eles reforçam a permanência de uma cultura em que a contabilidade é, em grande medida, associada à conformidade tributária, e não a uma prática sistemática de análise de desempenho e planejamento.

De maneira geral, as limitações apontadas evidenciam que os entraves ao uso da informação contábil não se restringem a um único ator. Parte dos obstáculos decorre das condições de organização interna das empresas, como a insuficiência de registros e a baixa priorização do tempo dedicado à gestão; outra parte relaciona-se à necessidade de aperfeiçoamento da comunicação e do papel consultivo exercido pelos contadores. Nesse sentido, os resultados reforçam a ideia de corresponsabilidade entre gestor e profissional contábil na construção de um ambiente informacional mais favorável à tomada de decisão nas micro e pequenas empresas.

4.7 Melhorias sugeridas para a contribuição da contabilidade

A Tabela 8 apresenta as categorias identificadas a partir das respostas relacionadas às melhorias esperadas pelos empresários para que a contabilidade possa contribuir de forma mais efetiva para suas decisões gerenciais.

Tabela 8 – Sugestões de melhorias para que a contabilidade contribua mais para suas decisões

Categoria	Descrição original	Frequência (n)	Percentual (%)
A – Proximidade e contato consultivo	Solicitações de maior contato, acompanhamento mais próximo, reuniões, visitas e orientações frequentes.	18	38,3%
B – Clareza e explicação dos relatórios contábeis	Pedidos por relatórios mais claros, explicações simples, interpretação dos dados e linguagem acessível.	11	23,4%
C – Integração com áreas internas da empresa	Sugestões relacionadas à integração da contabilidade com RH, financeiro ou administração.	6	12,7%
D – Satisfação (sem sugestões)	Afirmações de que não há melhorias necessárias ou que o serviço atual já atende.	9	19,1%

Categoria	Descrição original	Frequência (n)	Percentual (%)
Outras respostas não classificáveis	Respostas vagas, sem sentido completo ou que não permitiram categorização.	3	6,5%
Total		47	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2025), análise de conteúdo com base em Bardin (2016).

A análise revela que a principal expectativa dos empresários está associada ao fortalecimento da relação consultiva com o contador, representando 38,3% das respostas — o que se alinha a Tisott et al. (2022) e a Oliveira, Moraes e Marçal (2019), ao destacarem o papel ampliado do contador como parceiro estratégico. A segunda necessidade mais expressiva refere-se à clareza e à explicação dos relatórios contábeis (23,4%), reforçando a importância da compreensibilidade da informação. Beuren, Barp e Filipin (2013) afirmam que a informação contábil somente cumpre sua função gerencial quando é inteligível para o usuário, o que exige linguagem acessível e contextualização dos dados.

A integração com setores internos da empresa apareceu em 12,7% das respostas, enquanto 19,1% declararam estar satisfeitos, sem sugerir melhorias. Assim, o consenso predominante identifica a expectativa de que a contabilidade amplie seu papel consultivo, aproximando-se do gestor e fornecendo informações claras, interpretadas e aplicáveis ao cotidiano da empresa. Essa conclusão converge com a literatura sobre contabilidade consultiva e sobre a importância da comunicação entre contador e gestor (Caliari; Scherer; Flores, 2019).

4.8. Exemplos de decisões influenciadas pelas informações contábeis

A Tabela 9 apresenta as categorias identificadas nas respostas referentes a situações em que as informações contábeis influenciaram, ou não, decisões recentes nas empresas.

Tabela 9 – Exemplos de decisões citadas nas questões abertas e diálogo com a literatura

Categoria	Descrição original	Frequência (n)	Percentual (%)
A – Precificação e análise de custos	Uso das informações contábeis para definir preços, reajustes, margens ou avaliar custos.	10	21,2%

Categoria	Descrição original	Frequência (n)	Percentual (%)
B – Decisões administrativas e contratuais	Exemplos envolvendo contratos, documentação, licitações, regularizações ou orientações legais.	9	19,1%
C – Decisões financeiras e patrimoniais	Decisões sobre compra de bens, pró-labore, investimentos ou movimentações financeiras.	8	17,0%
D – Não uso da informação contábil	Respostas afirmando não lembrar, não ter utilizado ou deixando o campo em branco.	20	42,5%
Total		47	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2025), análise de conteúdo com base em Bardin (2016).

Os dados mostram que 21,2% dos gestores utilizaram a contabilidade para precificação e análise de custos, seguidos por 19,1% que recorreram às informações contábeis para decisões administrativas e contratuais. As decisões financeiras e patrimoniais aparecem em 17% das respostas. Entretanto, o dado mais expressivo é a elevada ocorrência de respostas que apontam a não utilização da contabilidade em decisões recentes, representando 42,5% dos casos. Esse achado é coerente com a literatura, que indica que as micro e pequenas empresas ainda utilizam a contabilidade predominantemente para fins fiscais, deixando de explorar seu potencial estratégico (Stacke; Feil, 2017; Saraiva; Bezerra; Beiruth, 2018).

4.9. Síntese Dos Resultados

A análise integrada dos resultados quantitativos e qualitativos revela um quadro marcado por avanços e contradições no uso das informações contábeis pelas micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional em Manhuaçu. De um lado, os gestores declaram, majoritariamente, reconhecer a importância da contabilidade para o controle financeiro, a formação de preços e o planejamento de curto e longo prazo, além de afirmarem confiar nas informações fornecidas pelo escritório contábil e, em boa medida, perceberem esforço de clareza na apresentação dos relatórios. Esses achados confirmam a literatura que destaca o potencial da contabilidade como instrumento de apoio à gestão em pequenos negócios (Beuren; Pazetto; Santos, 2019; Padoveze, 2010).

De outro lado, quando se considera o conjunto das respostas, emergem evidências de que essa valorização nem sempre se traduz em uso efetivo e

sistemático dos dados na rotina decisória. Parte dos empresários relata dificuldades para interpretar relatórios mais detalhados, aponta limitações associadas à falta de registros internos confiáveis e indica a falta de tempo como obstáculo para acompanhar com maior profundidade os demonstrativos contábeis. Nas questões abertas, alguns respondentes têm dificuldade em citar exemplos concretos de decisões recentes diretamente influenciadas pelas informações contábeis, ou mencionam situações em que a contabilidade foi acionada apenas para fins de regularização fiscal. Esse descompasso entre o discurso de reconhecimento da relevância da contabilidade e a prática de utilização dos relatórios confirma achados de estudos anteriores com MPEs (Stacke; Feil, 2017; Saraiva; Bezerra; Beiruth, 2018; Tisott et al., 2022).

As percepções sobre a relação com o contador reforçam essa ambivalência. Muitos gestores afirmam procurar o profissional para esclarecer dúvidas e reconhecem sua importância, mas uma parcela significativa não o envolve, de forma sistemática, em decisões relevantes, como investimentos em ativos ou expansão do negócio. Ao mesmo tempo, as sugestões de melhoria concentram-se em demandas por maior proximidade, linguagem mais acessível e atuação mais consultiva, indicando que a contabilidade é vista como potencial parceira estratégica, mas ainda é acionada, com frequência, de maneira reativa e vinculada principalmente ao cumprimento de obrigações acessórias (Caliari; Scherer; Flores, 2019; Silva, 2015).

Em síntese, os resultados sugerem que os dados contábeis exercem influência parcial na gestão das MPEs analisadas: são produzidos, em alguma medida considerados e reconhecidos como importantes, porém ainda subutilizados como base contínua para decisões de caráter operacional e, sobretudo, estratégico. Superar esse quadro implica, por um lado, fortalecer o papel consultivo do contador, aproximando-o do cotidiano da empresa e da linguagem do gestor, e, por outro, promover maior engajamento dos empresários na alimentação dos sistemas de informação e na apropriação crítica dos relatórios. Somente com a corresponsabilidade entre contador e gestor a contabilidade poderá ocupar, de fato, o lugar de instrumento de apoio à tomada de decisão e à sustentabilidade das micro e pequenas empresas.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a influência dos dados contábeis na tomada de decisão das micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional em Manhuaçu (MG), considerando a interação entre gestores e profissionais de contabilidade. Foram analisadas 47 empresas, em sua maioria conduzidas diretamente pelos donos: 76,6% dos respondentes são proprietários, 14,9% sócios e apenas 6,4% gerentes, o que evidencia que as decisões passam, sobretudo, pela figura do empreendedor.

Os resultados mostram que há reconhecimento declarado da importância da informação contábil. Entre os participantes, 61,7% concordam que os dados contábeis ajudam a planejar ações de curto prazo e 66,0% afirmam que contribuem para o planejamento de longo prazo. Além disso, 59,5% dizem confiar nessas informações para decisões importantes e 72,3% consideram que o contador explica de forma compreensível os resultados e relatórios. Na prática, 51,1% utilizam com frequência relatórios de vendas e margem de lucro e 48,9% relatórios de custos e precificação, evidenciando algum uso gerencial efetivo.

Por outro lado, os números revelam limites claros nesse uso. Relatórios fundamentais como DRE gerencial e fluxo de caixa são utilizados frequentemente por apenas 44,7% das empresas. Em termos de fluxo de informações, 76,6% informaram enviar notas fiscais de compra e venda, mas somente 27,7% encaminham extratos bancários e outros 27,7% repassam dados sobre investimentos e financiamentos; 23,4% enviam despesas fixas, 17,0% movimentações de estoque e 10,6% contratos, enquanto 2,1% não enviam qualquer documento mensalmente ou não possuem contador fixo. Assim, o escritório contábil recebe, na maioria dos casos, uma base de dados mais voltada ao cumprimento fiscal do que à análise gerencial.

As percepções de limitação também são significativas: 42,5% dos gestores concordam que a falta de tempo impede o melhor uso dos relatórios, 42,5% admitem ter dificuldade em interpretá-los e 38,2% reconhecem que a ausência de dados internos confiáveis dificulta gerar informações úteis. Ainda, 34,1% afirmam raramente ou nunca consultar o contador antes de decisões operacionais. Nas questões abertas, 42,5% não citaram qualquer decisão recente apoiada em dados contábeis, ao passo que 57,5% relataram algum uso, sobretudo em decisões de precificação e custos (21,2%), decisões administrativas e contratuais (19,1%) e decisões financeiras e patrimoniais (17,0%).

Diante desse cenário, conclui-se que os dados contábeis exercem influência real, porém parcial, na gestão das MPEs analisadas: há reconhecimento, confiança e algum uso concreto, mas ainda distante de um processo decisório sistemático e orientado por indicadores. Superar essa distância exige corresponsabilidade: dos contadores, ao fortalecer o papel consultivo, aproximando-se do cliente, traduzindo números em linguagem acessível e propondo rotinas de acompanhamento; e dos gestores, ao organizar melhor seus controles internos, alimentar os sistemas com informações consistentes e reservar tempo para analisar os relatórios antes de decidir. Essa mudança de postura pode transformar a contabilidade de obrigação legal em instrumento cotidiano de apoio à sustentabilidade dos pequenos negócios.

Este estudo apresenta limitações. O recorte considerou apenas micro e pequenas empresas de um único município, selecionadas por conveniência e concentradas sobretudo nos setores de comércio e serviços, o que reduz a possibilidade de generalização dos achados. Além disso, os dados foram obtidos por questionário autoaplicado, baseado na percepção declarada dos gestores, sem observação direta das rotinas decisórias. Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o recorte geográfico, incluam outros segmentos e adotem estudos de caso e entrevistas em profundidade, de modo a acompanhar, na prática, como gestores e contadores constroem decisões a partir das informações contábeis.

4. REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria; BARP, Adriano Dinomar; FILIPIN, Roselaine. Barreiras e possibilidades de aplicação da contabilidade gerencial em micro e pequenas empresas por meio de empresas de serviços contábeis. Revista ConTexto, Porto Alegre, v. 13, n. 24, p. 79–92, maio/ago. 2013.

https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/32370/pdf

BEUREN, Ilse Maria; PAZETTO, Celliane Ferraz; SANTOS, Vanderlei dos. Abordagens da contabilidade gerencial em periódicos brasileiros. Enfoque: Reflexão Contábil, Maringá, v. 38, n. 1, p. 47–51, jan./abr. 2019. https://www.redalyc.org/journal/3071/307160600006/307160600006.pdf

BEUREN, Ilse Maria; SOUZA, Luciane Braçaroto de; FEUSER, Helena de Oliveira Leite. Implicações de um centro de serviços compartilhados na contabilidade

gerencial: uma abordagem institucional. REAd – Revista Eletrônica de Administração, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 32–61, set./dez. 2017.

www.redalyc.org/pdf/4011/401153590003.pdf

https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/pequenos-negocios-a-base-da-economia-do-nosso-pais,85e97325a3937810VgnVCM1000001b00320aRCRD ((pesquisado em 24-10-2025) Atualizado em 18-05-2023)

https://observatorio.sebrae.com.br/profile/geo/manhuacu?selector366id=status2&selector368id=divisao&selector844id=year2020 (acessado em 24/10/2025)

Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. (2016). Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Brasília. 2006.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. (Acessado em 24/10/2025)

Lei Complementar n. 155, de 27 de outubro de 2016. (2016). Altera a Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006. Brasília. 2016.

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/LCP/Lcp155.htm. (Acessado em 24/10/2025)

CALIARI, Leonardo; SCHERER, Laura Alves; FLORES, Silvia Amélia Mendonça. Fatores de insucesso da relação entre consultores empresariais e empreendedores de micro e pequenas empresas. Gestão & Regionalidade, v. 35, n. 103, p. 161–182, jan./abr. 2019. DOI: https://doi.org/10.13037/gr.vol35n103.4431

TISOTT, Sirlei Tonello; LOSSAVARO, Caroline Araújo; FOLTRAN, Sabrina Lima; RIBEIRO, Sílvio Paula; ALBUQUERQUE, Alexandre Farias. A contabilidade consultiva como fator de sucesso das micro e pequenas empresas. Revista da Micro e Pequena Empresa (RMPE), v. 16, n. 1, p. 127–144, jan./abr. 2022. DOI: https://doi.org/10.48099/1982-2537/2022v16n1p127144

OLIVEIRA, Marlon Athos Marçal; MORAES, Romildo Oliveira de; MARÇAL, Amanda dos Santos Veiga. Pequenos e Médios Empresários Contábeis: por que (não) resistir à mudança? À luz de Kurt Lewin. Universidade Estadual de Maringá, 2019. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo: FIPECAFI, 2019. https://congressousp.fipecafi.org/anais/19UspInternational/ArtigosDownload/1773.pdf

SARAIVA, José R.; BEZERRA, José D.; BEIRUTH, Alexandre X. A percepção dos gestores sobre a importância relativa de competências contábeis na gestão das micro e pequenas empresas. Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos,

v. 15, n. 1, p. 89–103, jan./abr. 2018. https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/10985

STACKE, Jéssica Aline; FEIL, Alexandre André. Análise da utilização das ferramentas contábeis gerenciais em micro e pequenas empresas. Gestão e Desenvolvimento, Novo Hamburgo, v. 14, n. 1, p. 128–144, jan./jun. 2017. https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/1122/1868

SILVA, Cíntia do Nascimento. Conte comigo! Características da consultoria contábil aos pequenos negócios. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) — Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-18012016 161033/publico/corrigidaCintia.pdf

OLYNTHO, César Luís Souto; RIBEIRO, Adervaldo Chaves; MUNHÃO, Eder Eugenio. A contabilidade gerencial nas micro e pequenas empresas do comércio de confecções da cidade de Tangará da Serra – MT. Revista UNEMAT de Contabilidade, v. 2, n. 4, p. 5–28, jul./dez. 2013.
https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/download/327/318/1033

PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade Gerencial: um Enfoque em Sistema de Informação Contábil. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.